



DOCK INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A

**RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE O EXAME DAS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2023**

Sumário

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	4
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	5
BALANÇO PATRIMONIAL	8
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022	9
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	10
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA	11
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	12
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	13
1. Contexto Operacional.....	13
2. Apresentação das Demonstrações Financeiras	13
3. Principais políticas contábeis:	14
a. Moeda Funcional e Moeda de Apresentação.....	14
b. Apuração do Resultado	14
c. Ativos e Passivos Circulantes e Não Circulantes.....	14
d. Reconhecimento da Receita.....	14
e. Disponibilidades	14
f. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos.....	14
g. Imobilizado de uso.....	15
h. Intangível	15
i. Redução ao valor recuperável de ativos (“Impairment”)	15
j. Contas de Pagamento Pré-Pago.....	16
k. Relações interfinanceiras	16
l. Obrigações por transações de pagamento em moeda estrangeira.....	16
m. Provisão para contingências, provisões e obrigações legais.....	16
n. Atualização monetária e ajustes a valor presente de direitos e obrigações.....	16
o. Imposto de renda e contribuição social.....	16
p. Lucro / Prejuízo por ação.....	17
4. Disponibilidade - Caixa e equivalente de caixa	17
5. Títulos e valores mobiliários	17
6. Outros Créditos - Diversos.....	19
7. Imobilizado	19
8. Intangível	20
9. Provisão para contingências.....	20
10. Outras Obrigações – Diversas	21

11.	Patrimônio Líquido	21
a.	Capital Social.....	21
b.	Capital Regulatório	21
c.	Lucros e Prejuízos Acumulados	22
12.	Resultado Líquido	22
13.	Custos dos serviços prestados.....	22
14.	Despesas administrativas e gerais	23
15.	Resultado Financeiro	23
16.	Imposto de Renda e Contribuição Social	24
17.	Estrutura de Gerenciamento de Riscos.....	24
18.	Eventos Subsequentes.....	25

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em atendimento a Circular nº 3.833, de 17 de maio de 2017 do Banco Central do Brasil (“BCB”) e Resolução BCB nº 2, de 12/8/2020, a administração da Dock Instituição de Pagamento S.A. (“Dock IP” ou “Companhia”) tem o prazer de submeter à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da Instituição relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

A Dock IP é uma das líderes em banking as a service no país. A companhia agrega valor, inovação e escalabilidade aos negócios de seus clientes ao reunir emissão de cartões, digital banking e soluções de PIX em uma plataforma única e abrangente. A prestação de serviço focada, principalmente, em B2B permite a qualquer empresa agregar uma vertical de serviços financeiros, possibilitando a criação de uma fonte alternativa de receita, fidelização de clientes, alcance de novos consumidores, aumento do ticket médio e obtenção de vantagem competitiva.

Em 09 de abril de 2018 a Dock IP foi aprovada como instituição de pagamentos na modalidade de emissor de moedas eletrônicas, pelo BCB de acordo com a publicação em Diário Oficial. Em 01 de outubro de 2021 os então controladores da Dock IP celebraram contrato de compra e venda de ações junto à Dock Soluções em Meios de Pagamentos S/A (“Dock Soluções”) para a alienação do controle acionário da Dock IP, transação que foi autorizada pelo BCB através de publicação em Diário Oficial em 10 de dezembro de 2021. Em 01 de junho de 2023 a Dock IP fez a incorporação reversa das holdings PAM JR PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S.A. e PAYMENTS HOLDING S.A., empresas não operacionais, bem como incorporou a parcela cindida da Dock Soluções, sua antiga acionista, em operação societária que trouxe o controle da Dock IP diretamente para os controladores da Dock Soluções. Este movimento ocorreu a partir da publicação, em Diário Oficial, da autorização de aumento de Capital aprovada pelo BCB.

A incorporação reversa foi um marco na sinergia das operações de Banking as a Service do Grupo, proporcionando à Dock IP um ganho de escala e de eficiência. Com a incorporação, houve um incremento de 6x na quantidade de clientes ativos e um aumento de quase 3x do volume de ativos. O crescimento das receitas de serviços é resultado do aumento no volume de operações de PIX, bem como da migração dos clientes absorvidos na incorporação, tendo reflexo também nos custos de PIX e Bandeiras. Este comportamento também é observado nas receitas financeiras.

Ficamos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos administradores e acionistas da
Dock Instituição De Pagamento S.A.
Barueri – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **Dock Instituição de Pagamento S.A.** (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Continuidade operacional

Chamamos a atenção ao fato de que em 31 de dezembro de 2023, a Companhia acumula prejuízos em suas operações no montante de R\$ 159.144 mil. As medidas que estão sendo tomadas pela Companhia para reversão dessa situação estão mencionadas no Relatório da Administração. Dessa forma, as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas e foram preparadas no pressuposto da continuidade normal de suas atividades. Nossa opinião não contém modificação em virtude desse assunto.

Outros assuntos

Capital regulatório:

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram por nós examinadas, as quais emitimos relatório com opinião não modificada, e com uma ênfase sobre essas demonstrações financeiras relacionada ao limite do patrimônio líquido da Companhia em dezembro de 2022 (R\$27.175), o qual estava inferior a 2% do valor médio mensal transacionado nos últimos 12 meses, ou seja, em desacordo com limites mínimos estipuladas na

Circular do Banco Central nº 3.681/2013. Em 31 de dezembro de 2023 a respectiva ênfase não é aplicável, dado que a Companhia está em conformidade com a resolução nº 198 em vigor a partir de 1º de julho de 2023, que dispõe desde então os níveis mínimos de Patrimônio de Referência, conforme nota explicativa “11.b”. A nossa opinião não contém modificação sobre esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às Instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto SP, 28 de março de 2024.

DOCK INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A

**BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022**

(Em reais mil)

ATIVO	Nota	31/12/2023	31/12/2022	PASSIVO	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Ativo circulante		1.913.588	471.823	Passivo Circulante		1.801.628	461.137
Disponibilidades	4	31.965	27.720	Contas De Pagamento Pré Pagas	3j	1.455.732	257.989
Títulos e valores mobiliários	5	1.060.687	329.583	Relações Interfinanceiras	3k	259.408	147.555
Livres		41.256	4.499				
Vinculados a conta pré-paga		1.009.627	285.323	Outras Obrigações			
Vinculados a prestação em garantias		9.804	39.761	Fiscais e previdenciárias		6.616	2.243
Relações interfinanceiras	4a	720.402	103.162	Obrigações por transações de pagamentos	3l	39.019	30.239
Outros créditos	6	100.534	11.358	Provisão para contingência	9	2.323	642
				Diversos	10	38.530	22.469
Não circulante		41.819	16.488				
				Patrimônio líquido	11	153.779	27.174
Permanente		41.819	16.488	Capital social	11a	313.149	92.354
Imobilizado	7	2.104	563	Ajuste de avaliação patrimonial		(226)	(89)
Intangível	8	39.715	15.925	Prejuízos acumulados	11c	(159.144)	(65.091)
Total do ativo		1.955.407	488.311	Total do passivo e patrimônio líquido		1.955.407	488.311

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022**(Em reais mil)

	Nota	01/07/2023 a		
		31/12/2023	31/12/2023	31/12/2022
Receita de serviços		90.873	137.421	66.909
Receitas financeiras		84.148	114.854	24.287
(-) Impostos incidentes sobre receitas		(10.278)	(15.169)	(8.744)
Receita Operacional	12	164.743	237.106	82.452
Custo dos serviços prestados	13	(77.780)	(106.095)	(45.479)
Lucro Bruto		86.963	131.011	36.973
Administrativas e gerais	14	(40.760)	(56.984)	(34.961)
Outras receitas e despesas		5	(959)	(9.943)
Resultado operacional		46.208	73.068	(7.931)
Resultado financeiro	15	(2.716)	(4.397)	(1.439)
Resultado antes de imposto de renda e contribuição social		43.492	68.671	(9.370)
Imposto de renda e contribuição social	16	(13.757)	(21.055)	-
Lucro (Prejuízo) do Período / Exercício		29.735	47.616	(9.370)
Quantidade média de ações em circulação no exercício	11a	1.346	1.346	98.360
Lucro (Prejuízo) por ação		22,091	35,376	(0,095)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 e 2022

(Em reais mil)

	Notas	Capital social	AFAC	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2022		70.736	6.618	(182)	(55.722)	21.450
Aumento de capital social		21.618	-	-	-	21.618
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	(6.618)	-	-	(6.618)
Prejuízo – resultado do semestre		-	-	-	(7.759)	(7.759)
Ajuste de avaliação patrimonial		-	-	53	-	53
Saldo em 30 de junho de 2022		92.354	-	(129)	(63.481)	28.744
Prejuízo – resultado do semestre		-	-	-	(1.610)	(1.610)
Ajuste de avaliação patrimonial		-	-	40	-	40
Saldo em 31 de dezembro de 2022		92.354	-	(89)	(65.091)	27.174
Aumento de capital social	11	220.795	-	-	-	220.795
Lucro– resultado do semestre		-	-	-	17.881	17.881
Resultado da incorporação		-	-	-	(141.669)	(141.669)
Ajuste de avaliação patrimonial		-	-	(326)	-	(326)
Saldo em 30 de junho de 2023		313.149	-	(415)	(188.879)	123.855
Lucro– resultado do semestre		-	-	-	29.735	29.735
Ajuste de avaliação patrimonial		-	-	189	-	189
Saldo em 31 de dezembro de 2023		313.149	-	(226)	(159.144)	153.779

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO SEGUNDO SEMESTRE DE 2023 E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 e 2022

(Em reais mil)

	01/07/2023 a		
	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Lucro ou (Prejuízo) líquido do exercício		29.735	47.616 (9.370)
Itens que não afetam o caixa operacional			
Aumento (Redução) de provisão para contingências		(101)	(249) (73)
Depreciação e amortização	7 e 8	9.737	14.040 6.613
		39.371	61.406 (2.830)
Aumento e diminuição das contas de ativo e passivo			
Títulos e Valores Mobiliários		(368.201)	(731.103) 130.830
Ajuste de avaliação patrimonial		189	(138) 93
Outros créditos		801.887	1.106.495 (4.869)
Relações interfinanceiras		(523.930)	(617.240) 73.748
Recursos recebidos de clientes pré-pago		(50.633)	67.638 (208.852)
Relações interfinanceiras		82.149	111.852 (13.950)
Diversos		4.194	(5.883) 17.371
Fiscais e previdenciárias		347	2.917 140
Obrigações por transações de pagamentos		6.962	8.781 (2.148)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais		(7.665)	4.725 (10.468)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aquisições de bens do imobilizado e intangível	7 e 8	(480)	(480) (54)
Alienações/Venda de bens do imobilizado e intangível		-	- 275
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimentos		(480)	(480) 222
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Aumento de capital		-	- 15.000
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		-	- 15.000
Aumento de caixa e equivalente de caixa, líquidos		(8.145)	4.245 4.754
Caixa no início do exercício		40.110	27.720 22.966
Caixa no final do exercício		31.965	31.965 27.720
Aumento de caixa e equivalentes de caixa, líquidos		(8.145)	4.245 4.754

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
DO SEGUNDO SEMESTRE DE 2023 E EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 e 2022**

(Em reais mil)

	01/07/2023 a 31/12/2023	31/12/2023	31/12/2022
Lucro (prejuízo) do período/exercício	29.735	47.616	(9.370)
Outros resultados abrangentes – Resultado da incorporação	-	(141.669)	-
Ajuste de avaliação patrimonial	189	(138)	93
Total do resultado abrangente do período/exercício	29.924	(94.191)	(9.277)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2023
(Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma)****1. Contexto Operacional**

A Dock Instituição de Pagamento S.A. (“Dock IP” ou “Companhia”) foi constituída em 22 de fevereiro de 2011 na forma de sociedade anônima, domiciliada no Brasil, com sede na Avenida Tamboré, 267, 27º andar, sala 2, conjunto 271, Edifício Canopus Corporate, Tamboré, Alphaville, Barueri SP, CEP: 06.460-000. Tem como principal atividade atuar como instituição de pagamento, conforme definido pela Lei nº 12.865 de 09 de outubro de 2013 e, obedecendo diretrizes do Banco Central do Brasil (“BCB”), incluindo, sem limitar-se a: a prestação de serviços de emissão, de administração, de transferência, de saques, de pagamentos e gestão de contas de pagamentos pré-pagos, e a participação em outras sociedades.

Em 09 de abril de 2018, a companhia foi aprovada como instituição de pagamentos na modalidade de emissor de emissor de moedas eletrônicas, pelo BCB de acordo com a publicação em Diário Oficial.

A Companhia concluiu o processo de incorporação reversa de parte da operação da sua até então acionista em 01/06/23, através da aprovação de aumento de Capital pelo Banco Central do Brasil. Com a execução desta operação a Companhia incorporou uma carteira importante de clientes, bem como um portfólio de produtos sinérgico ao seu negócio.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (“CMN”) e demais diretrizes previstas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (“COSIF”), as quais levam em consideração as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76 alterada pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09. Não foram adotadas nos balanços as normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), relacionadas ao processo de convergência contábil internacional, ainda não aprovadas pelo BCB.

Em função da autorização junto ao BCB para atuar como instituição de pagamento, as demonstrações financeiras da Dock IP passaram a refletir a resolução nº 4.818, de 29/05/2020 e Resolução BCB nº 2, de 12/8/2020, que estabeleceram critérios gerais e procedimentos para elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras com vigência a partir de janeiro/2021, incluindo a apresentação da Demonstração do Resultado Abrangente.

Foram adotados para fins de divulgação os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas CPC, aprovados pelo BCB e que estão consubstanciados no COSIF, assim, a preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC requer que a administração da Companhia faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Por definição, os resultados reais podem divergir das respectivas estimativas. Estimativas e premissas com relação ao futuro são revistas de maneira sistemática pela Dock IP e são baseadas na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas.

A autorização para conclusão das demonstrações financeiras foi dada pela Administração em 28 de março de 2024.

3. Principais políticas contábeis:**a. Moeda Funcional e Moeda de Apresentação**

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação da Dock IP.

b. Apuração do Resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e despesas são reconhecidas na apuração do resultado até a data do balanço, e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, pro rata dia incidentes sobre ativos e passivos de forma simultânea, independente de recebimento ou pagamento.

c. Ativos e Passivos Circulantes e Não Circulantes

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade sendo que, quando aplicável, são acrescidos de rendimentos e as variações monetárias ou cambiais auferidos até a data do balanço.

Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente. Os títulos classificados como títulos para negociação, independentemente da sua data de vencimento, estão classificados integralmente no curto prazo, conforme estabelecido pela Circular 3.068/01 do Bacen.

d. Reconhecimento da Receita

A receita decorrente de serviços de gestão de contas de pagamentos, bem como outros serviços prestados a parceiros. São apropriadas ao resultado quando da efetiva prestação de serviços.

e. Disponibilidades

Os montantes correspondem a depósitos bancários e outras disponibilidades de curto prazo em montante conhecido, liquidáveis prontamente e, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

f. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

Os títulos e valores mobiliários adquiridos para formação de carteira própria são registrados pelo valor efetivamente pago, inclusive corretagens e emolumentos, e se classificam em função da intenção da Administração da Dock IP, conforme Circular BCB n.º 3.068/01:

I. Títulos para negociação

Adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, sendo que os rendimentos auferidos e o ajuste ao valor de mercado são reconhecidos em contrapartida ao resultado do semestre. Independente ao prazo de vencimento, os títulos para negociação são classificados no ativo circulante.

II. Títulos mantidos até o vencimento

Adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do semestre.

III. Títulos disponível para venda

Que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento e são registrados pelo

custo de aquisição com rendimentos apropriados a resultado e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada no patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários.

O valor de mercado dos títulos públicos é apurado segundo Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA, que determina o valor líquido provável de realização por meio de parâmetros que compreendem, entre outros, o preço médio de negociação para títulos e valores mobiliários semelhantes em relação aos prazos de pagamento e vencimento.

g. Imobilizado de uso

Avaliado ao custo histórico, deduzido das respectivas depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável acumuladas. A depreciação é calculada pelo método linear, que leva em consideração a vida útil estimada dos bens, de acordo com as taxas demonstradas na nota explicativa 7. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

O ativo imobilizado está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores.

h. Intangível

I. Ativos intangíveis adquiridos separadamente

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados por seu custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos (Nota 8).

II. Ativos intangíveis gerados internamente

Os gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. Quando nenhum ativo intangível gerado internamente puder ser reconhecido, os gastos com desenvolvimento serão reconhecidos no resultado, quando incorridos.

i. Redução ao valor recuperável de ativos (“Impairment”)

Os ativos não financeiros estão sujeitos à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores.

Anualmente, e se houver evidência, a Dock IP revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda e o valor em uso. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável e a perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

j. Contas de Pagamento Pré-Pagas

Os depósitos em conta de pagamento referem-se, às obrigações junto a clientes por saldos carregados nos cartões de débitos e contas digitais pré-pagas ainda não utilizados, no montante de R\$1.455.732 (R\$257.989 – dez/2022).

k. Relações interfinanceiras

Referem-se a saldo de transações relacionadas com arranjos de pagamento conforme disciplina a Resolução BCB 150, de 6 de outubro de 2021.

l. Obrigações por transações de pagamento em moeda estrangeira

Corresponde a recursos de clientes carregados em moeda estrangeira para uso no exterior.

m. Provisão para contingências, provisões e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais são efetuadas de acordo com os critérios definidos no CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovados pela Resolução nº 3.823/09, da seguinte forma:

- I. **Ativos contingentes:** não são reconhecidos nas informações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;
- II. **Passivos contingentes:** são incertos e dependem de eventos futuros para determinar se existe probabilidade de saída de recursos; não são, portanto, provisionados, mas divulgados se classificados como perda possível, e não provisionados nem divulgados se classificamos como perda remota.
- III. **Provisões:** são reconhecidas nas informações financeiras quando, baseadas na opinião de assessores jurídicos e da Administração, levando em conta a probabilidade de perda de uma ação judicial ou administrativa, for provável uma saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos sejam mensuráveis com suficiente segurança. As ações relativas a causas trabalhistas e cíveis classificadas como perdas prováveis pelos assessores jurídicos e pela Administração são contabilizadas com base na expectativa de perda da Administração e divulgadas em notas explicativas; e
- IV. **Obrigações legais (fiscais e previdenciárias):** referem-se a demandas judiciais que estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de tributos e contribuições e são provisionadas.

n. Atualização monetária e ajustes a valor presente de direitos e obrigações.

Os direitos e as obrigações, legal ou contratualmente sujeitos à variação monetária, são atualizados até as datas dos balanços. As contrapartidas dessas atualizações são refletidas diretamente no resultado dos exercícios a que se referem. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários relevantes de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis da Dock IP, tomadas em seu todo. Calcula-se esse ajuste com base nos fluxos de caixa previstos e respectivas taxas de juros. A partir dos cálculos efetuados, a Administração concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários não tem relevância em relação às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023 pelo que não se registrou nenhum correspondente ajuste.

o. Imposto de renda e contribuição social

A provisão para o imposto de renda é constituída à alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre os lucros que excederem R\$240 no ano. A provisão para contribuição social está sendo calculada à alíquota de 9%, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal.

p. Lucro / Prejuízo por ação

É calculado sobre o número médio ponderado de ações durante o exercício.

4. Disponibilidade - Caixa e equivalente de caixa

São representados por saldos de disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários cujo vencimento das operações na data de efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias, e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
Caixa	-	1
Bancos - conta movimento	955	1.422
Disponibilidade em moeda estrangeira	31.010	26.297
Total	<u>31.965</u>	<u>27.720</u>

a. Relações Interfinanceiras - Créditos Vinculados

	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
BCB - Conta de Pagamento Instantâneo	247.402	103.162
BCB - Depósito em Moeda Eletrônica	473.000	-
Total	<u>720.402</u>	<u>103.162</u>

5. Títulos e valores mobiliários

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, os títulos e valores mobiliários estavam classificados como disponíveis para venda. O valor de custo e o valor de mercado e a classificação por vencimentos estavam assim representados:

	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
Livres – ativo circulante	41.256	4.499
Vinculados a contas pré-pagas – circulante	1.009.627	285.323
Vinculados a prestação de garantias – realizável a longo prazo	9.804	39.761
	<u>1.060.687</u>	<u>329.583</u>

O crescimento no montante de títulos e valores mobiliários é reflexo da incorporação da operação de *Banking as a Service* da Dock Soluções.

DOCK INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A.

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

a. Concentração por tipo, classificação e prazo de vencimento

	31.12.2023			31.12.2022		
	Sem vencimento	De 1 a 5 anos	Valor mercado/Custo Atualizado	Sem vencimento	De 1 a 5 anos	Valor mercado/Custo Atualizado
Mantidos até o vencimento						
Depósitos vinculados à prestação de garantias	-	40	40	-	17.253	17.253
Letras Financeiras do Tesouro		9.764	9.764		22.508	22.508
Total	-	9.804	9.804	-	39.761	39.761

	31.12.2023			31.12.2022		
	Sem vencimento	De 1 a 5 anos	Valor mercado/Custo Atualizado	Sem vencimento	De 1 a 5 anos	Valor mercado/Custo Atualizado
Títulos disponível para venda						
Títulos Vinculados a Saldos em Contas Pré-Pagas - LFT	-	1.009.627	1.009.627	-	285.323	285.323
CDB - Certificado de depósito bancário -- livre		41.256	41.256		4.499	4.499
Total	-	1.050.883	1.050.883	-	289.822	289.822

6. Outros Créditos - Diversos

O grupo de outros créditos demonstra os demais valores a receber da Companhia.

	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
<i>Circulante</i>		
Valores a Receber (a)	37.272	989
Créditos Tributários (b)	56.568	7.600
Estoque	274	331
Bloqueio Judicial	654	684
Outros	5.766	1.754
	<u>100.534</u>	<u>11.358</u>

- (a) Os valores a receber demonstram uma variação representativa no montante devido ao processo de incorporação do negócio de *Banking as a Service* anteriormente operado pela Dock Soluções.
- (b) Os créditos tributários também sofreram variação a partir do processo de incorporação. A Dock Soluções apresentava no seu Ativo um ágio referente à aquisição da Dock IP, que foi baixado no processo de incorporação, conforme normativo vigente. Atualmente o ativo fiscal diferido correspondente registrado é no valor de R\$ 49.918.

7. Imobilizado

A composição do Imobilizado está apresentada a seguir:

	<u>Taxa anual</u>	<u>Custo aquisição</u>	<u>Depreciação acumulada</u>	<u>31.12.2022</u>	
				<u>31.12.2023</u>	
Computadores e periféricos	20%	5.410	(3.756)	1.654	76
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20%	1.311	(1.311)	0	57
Móveis e Utensílios	10%	887	(509)	378	307
Veículos	20%	198	(144)	54	94
Máquinas e Equipamentos	10%	104	(86)	18	27
Sistema de comunicação	20%	11	(11)	0	3
		<u>7.921</u>	<u>(5.816)</u>	<u>2.104</u>	<u>563</u>

O resumo da movimentação das contas do imobilizado é apresentado a seguir:

	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
Saldos ao início do exercício	563	1.304
(+) Adições	-	41
(+) Adições – Decorrente do processo de incorporação	4.421	-
(-) Baixas	-	(275)
(-) Depreciação	(722)	(507)
(-) Depreciação Decorrente do processo de incorporação	(2.158)	-
Saldos ao final do exercício	<u>2.104</u>	<u>563</u>

As adições do imobilizado advindas do processo de incorporação somaram R\$4.421 e o valor referente depreciação apropriado no processo de incorporação foi de R\$ 2.158.

8. Intangível

A composição do Intangível está apresentada a seguir:

			31.12.2023	31.12.2022
	Taxa anual	Custo aquisição	Valor Líquido	Valor Líquido
Sistemas e aplicativos	20%	6.539	1.430	9.261
Pesquisa e desenvolvimento de produtos	20%	33.107	8.985	6.664
Outros ativos intangíveis	5% a 20%	57.784	29.300	-
		97.430	39.715	15.925

O resumo da movimentação das contas do intangível é apresentado a seguir:

	31.12.2023	31.12.2022
Saldos ao início do exercício	15.925	22.018
(+) Adições	480	13
(+) Adições - Decorrente do processo de incorporação	60.598	-
(-) Amortização	(13.318)	(6.106)
(-) Amortização - Decorrente do processo de incorporação	(23.970)	-
Saldos ao final do exercício	39.715	15.925

As adições do Intangível advindas do processo de incorporação somaram R\$60.598 e o valor referente amortização apropriado no processo de incorporação foi de R\$ 23.970.

Através do teste de recuperabilidade dos ativos intangíveis conclui-se pela não necessidade de realizar qualquer provisão para perdas de valores

9. Provisão para contingências

A Dock IP é parte em ações judiciais e processos administrativos perante a tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo questões cíveis e trabalhistas e outros assuntos.

	31.12.2023	31.12.2022
Saldos inicial	642	715
Contingências decorrentes da incorporação	1.921	-
Constituição/reversões	(240)	(73)
Saldos ao final do exercício	2.323	642

A Administração, com base em informações de seus consultores jurídicos, em análises das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base no histórico de perdas, constituiu provisão para passivos contingentes em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso.

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o ganho definitivo da ação, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, ou a sua prescrição.

O acréscimo de contingências advindas do processo de incorporação somatizaram R\$1.921.

a. Contingências Cíveis

As provisões reconhecidas contabilmente estão representadas por ações cíveis de relação de consumo no valor de R\$ 2.130 (2022: R\$525). Quando requerido pela Justiça, são efetuados depósitos judiciais, apresentados na rubrica de Outros Créditos. A Dock IP com base na opinião de seus assessores jurídicos, não espera perdas no desfecho desses processos, além das já provisionadas.

b. Contingências Trabalhista

Com base em informações de seus assessores jurídicos, o saldo provisionado para os processos trabalhistas, cujo a companhia possui responsabilidade primaria, em 31 de dezembro de 2023 de R\$ 193 (2022: R\$117) é considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas.

c. Contingências possíveis

Os processos cíveis, tributários e trabalhistas avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível totalizam em 31 de dezembro de 2023 o montante de R\$ 9.425 (2022: R\$ 929), sendo este o valor total das causas

10. Outras Obrigações – Diversas

	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
Outras obrigações – Diversas		
Despesa com pessoal	1.544	788
Fornecedores mercado interno (a)	35.848	20.551
Fornecedores mercado externo	1.138	1.130
	<u>38.530</u>	<u>22.469</u>

(a) O acréscimo da conta fornecedores mercado interno é explicado pela inclusão dos valores a pagar, no montante de R\$ 18.263, relativos à aquisição da Dock IP anteriormente registrados na Dock Soluções.

11. Patrimônio Líquido**a. Capital Social**

Em 31 de Dezembro de 2023 o capital social no montante de R\$ 313.149 (2022: R\$ 92.354), está representado por 1.346.299 ações (98.360.834 em dezembro 2022), subscritas e integralizadas por acionistas domiciliadas no país.

Em 31 de maio de 2023 foi deliberado o aumento de capital social no montante de R\$ 220.794.883,20 composto por R\$ 1.244.883,20, referente a incorporação da parte cindida da Dock Soluções, bem como o acréscimo de capital de R\$ 219.550.000,00, a partir da capitalização do mútuo incorporado. O processo foi executado mediante ao cancelamento das ações pré-existentes e a nova emissão de 1.346.299 composta por 1.289.900 ações ordinárias e 56.399 ações preferenciais.

b. Capital Regulatório

A Resolução Banco Central nº 198/2022 determina que as instituições de pagamentos emissores devem manter, permanentemente, Patrimônio de Referência de Instituição de Pagamento, em valor superior ao requerimento mínimo de 8% em 2023.

Em 31 de dezembro de 2023, o patrimônio de referência da Dock IP é de R\$ 126.854. Este Valor é superior ao patrimônio mínimo requerido, que é R\$ 28.525.

c. Lucros e Prejuízos Acumulados

Os impactos decorrentes do processo de incorporação nos lucros e prejuízos acumulados estão demonstrados a partir da abertura da baixa do ágio (líquido do ativo fiscal diferido), baixas das incorporações reversas a partir dos investimentos presentes nas empresas incorporadas e variação patrimonial ocorrida devido aos movimentos patrimoniais entre o período da Assembleia Geral Extraordinária e aprovação do BCB.

	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
Saldo inicial	(65.091)	(55.722)
Lucro/Prejuízo do exercício	47.616	(9.370)
Baixa do ágio (líquido ativo fiscal diferido)	(109.698)	-
Baixas Incorporação reversa	(40.409)	-
Variação patrimonial	8.438	-
Saldo Final	<u>(159.144)</u>	<u>(65.091)</u>

O tratamento da incorporação do ágio ocorreu conforme resolução 33, BCB, 29/10/2020, sendo assim o procedimento contábil adotado foi a baixa do mesmo e em conjunto o registro do ativo diferido fiscal, já as baixas advindas da incorporação reversa foram reflexo dos investimentos incorporados das empresas Pam, Payments e Dock Soluções que eram detentoras de capital da Dock IP. A variação patrimonial ocorre a partir das movimentações patrimoniais ocorridas entre a data da AGE de incorporação, 28/10/2022, e a aprovação em Diário Oficial pelo BCB, datada em 31/05/2023.

12. Receita Operacional

	<u>01.07.2023 a 31.12.2023</u>	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
Receita de serviços e outras	90.873	137.421	66.909
Receita financeira	84.148	114.854	24.287
(-) impostos sobre receita operacional			
(-) COFINS	(7.398)	(10.635)	(6.046)
(-) PIS	(1.407)	(1.984)	(1.184)
(-) ISS	(1.473)	(2.550)	(1.514)
Total	<u>164.743</u>	<u>237.106</u>	<u>82.452</u>

O crescimento da receita financeira e serviços já tem como reflexo a absorção parcial do negócio de Banking as a Service da Dock Soluções.

13. Custos dos serviços prestados

	<u>01.07.2023 a 31.12.2023</u>	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
Bandeira	(53.714)	(61.262)	(16.275)
Emissão de cartões	(230)	(857)	(4.802)
Processamento	(454)	(2.143)	(2.241)
Armazenamento	(4.602)	(9.872)	(9.361)
Pix	(13.096)	(23.868)	(9.521)
BaaS	(807)	(1.298)	(1.362)
Outros	(4.877)	(6.795)	(1.917)
	<u>(77.780)</u>	<u>(106.095)</u>	<u>(45.479)</u>

O crescimento do custo de serviços de Pix e Bandeira tem como reflexo o aumento da operação no ano de 2023, bem como a absorção parcial do negócio de Banking as a Service da Dock Soluções.

14. Despesas administrativas e gerais

	01.07.2023 a 31.12.2023	31.12.2023	31.12.2022
Pessoal	(25.504)	(31.109)	(12.321)
Amortização/Depreciação	(9.737)	(14.040)	(6.613)
Ocupação	(2.538)	(5.893)	(5.438)
Consultoria	(1.566)	(3.744)	(8.648)
Comissão sobre vendas	(738)	(1.130)	(966)
Utilidades e serviços	(761)	(1.265)	(642)
Outros	84	197	(333)
	(40.760)	(56.984)	(34.961)

15. Resultado Financeiro

	01.07.2023 a 31.12.2023	31.12.2023	31.12.2022
	Total	Total	Total
Receitas:			
Juros Ativos	85	530	-
Variação cambial ativa	5.901	10.174	16.618
Outras	118	118	131
	6.104	10.822	16.749
Despesas:			
Variação cambial passiva	(6.034)	(10.703)	(17.928)
Outras	(2.786)	(4.516)	(260)
	(8.820)	(15.219)	(18.188)
	(2.716)	(4.397)	(1.439)

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não havia operações com instrumentos financeiros derivativos.

16. Imposto de Renda e Contribuição Social

	<u>31.12.2023</u>		<u>31.12.2022</u>	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	68.671	68.671	(9.370)	(9.370)
Adições temporárias	118.479	118.479	19.347	19.347
Exclusões temporárias	(126.322)	(126.322)	(17.874)	(17.874)
Lucro real tributável	60.828	60.828	(7.897)	(7.897)
Compensação de prejuízo fiscal	(18.248)	(18.248)	-	-
Imposto de renda (15%)	6.387	-	-	-
Imposto de renda adicional (10%)	4.234	-	-	-
Contribuição social (9%)	-	3.841	-	-
Total de despesa com imposto corrente	-	-	-	-
Ativo fiscal diferido	4.848	1.745	-	-
Ativo de imposto de renda diferido	-	-	-	-
Total de imposto de renda e contribuição social	<u>15.469</u>	<u>5.586</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

17. Estrutura de Gerenciamento de Riscos

Os acionistas e administradores da Dock IP consideram a gestão de riscos um instrumento essencial para a tomada de decisões estratégicas, inclusive para uma maximização da eficiência no uso do capital para escolha de suas operações.

A Dock IP possui e segue política de gerenciamento de riscos que orienta em relação à natureza e a posição geral dos riscos financeiros que deverão ser regularmente monitoradas e gerenciadas a fim de avaliar os resultados e impacto financeiro no fluxo de caixa.

A Dock IP, em atendimento às melhores práticas de gerenciamento de riscos, permanentemente tem desenvolvido políticas, sistemas e controles internos para a mitigação de possíveis perdas decorrentes da exposição aos riscos, adequando processos e rotinas às modalidades operacionais.

Em atendimento às melhores práticas de gerenciamento de riscos e as normas do BCB, a Dock IP tem o gerenciamento dos riscos:

I - Risco de liquidez – O Risco de Liquidez é definido como a possibilidade de a Dock IP não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, além de não ser capaz de converter moeda eletrônica em moeda física ou escritural no momento da solicitação do usuário.

A Dock IP implementou estrutura de gerenciamento de riscos corporativos compatível com a natureza de suas atividades e complexidade dos serviços e produtos oferecidos, conforme o tamanho da exposição aos riscos. Contamos com uma estrutura de gerenciamento e controle do risco de liquidez que atua de forma independente às áreas de negócio e é responsável pelas avaliações, monitoramento e reporte, verificando continuamente a aderência as políticas e estrutura de limites aprovadas.

II – Risco de crédito – Tendo em vista que a Dock IP não opera com modalidades de crédito, esta política não se aplica a mesma.

III - Risco de mercado – A Dock IP emprega uma política conservadora no gerenciamento do risco de mercado, supervisionando e controlando de forma eficaz cada fator, para identificar e quantificar as volatilidades e correlações que venham impactar a dinâmica de preços dos seus itens patrimoniais.

IV - Risco operacional – A política de gestão de riscos operacionais busca identificar, tratar e gerenciar os possíveis riscos operacionais da Dock IP, com finalidade de garantir a qualidade do ambiente de controle trazendo mais eficiência aos processos internos. Dentro desse contexto o grupo possui estrutura e políticas para a gestão do risco operacional com ferramentas como auto avaliação, monitoramento de indicadores e base de dados de perdas operacionais, garantindo o melhor gerenciamento de processos, sistemas, projetos e novos produtos, dando suporte à tomada de decisão da alta administração.

18. Eventos Subsequentes

Até o momento da aprovação das demonstrações financeiras não foram identificados eventos subsequentes relevantes ocorridos após a sua data base.

DocuSigned by:
Marcelo Prudêncio Jacques
14DDE566ACB84AA...

Marcelo Prudêncio Jacques
Diretor

DocuSigned by:
Diogo Frenkel
4391F1A3FE92429...

Diogo Frenkel
Diretor

DocuSigned by:
Daniilo da Silva Primo
D9E3D03E33D543E...

Daniilo da Silva Primo
Contador CRC 1SP 310899/O-2